

A imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX e suas pautas trabalhistas, sociais e políticas para mulheres

Brena Paula Fernandez

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Geanny Paula Thiesen

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Roberta Westerich Koch

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Recebido em: 01 dez. 2025

Aprovado em: 26 mai. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

* Professora do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Ciências Humanas e Mestra em Filosofia pela UFSC; graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordena o Núcleo de Pesquisa em Economia Feminista (NEEF/UFSC-CNPq). E-mail: brena.fernandez@ufsc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3126-4821>

 <http://lattes.cnpq.br/0405641841986217>

** Economista (UFSC) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia Feminista (NEEF/CNPq/UFSC). E-mail: geannythiesen@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-0095-1657>

 <http://lattes.cnpq.br/4152214993844910>

*** Economista (UFSC) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia Feminista (NEEF/CNPq/UFSC). E-mail: robertawestk@icloud.com

 <https://orcid.org/0009-0002-1795-3353>

 <http://lattes.cnpq.br/9876193235848023>

Resumo

O objetivo do presente artigo é contestar a visão da historiografia econômica tradicional, que contribuiu para o apagamento da atuação econômica das figuras femininas nos manuais brasileiros de história econômica. Nessa direção, nosso recorte analítico voltou-se para analisar algumas importantes questões -- de cariz econômico, social e político -- trazidas à baila pelas pautas explicitadas em periódicos (femininos e feministas) surgidos ainda nas primeiras décadas do século XIX. Seleccionamos três entre os mais emblemáticos jornais que reuniam essas características como objetos a serem aqui analisados: *O Espelho das Brasileiras* (1831-1832), *O Sexo Feminino* (1873-1889) e *A Família* (1888-1897). No que toca a metodologia, o artigo lança mão de uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. Na parte qualitativa da pesquisa, fazemos a revisão bibliográfica primária e secundária dos três jornais escolhidos, bem como de suas periodistas mais destacadas na luta pelos direitos educacionais, trabalhistas e políticos das brasileiras dos oitocentos. Já na parte quantitativa da análise, elaboramos quatro tabelas a partir dos dados censitários originalmente publicados em 1872, a fim de embasar empiricamente a urgência das demandas sociais e trabalhistas das mulheres de então.

Palavras-chave: História das Mulheres Brasileiras; Educação Feminina; Trabalho Feminino, Voto Feminino; Século XIX.

Feminine and feminist press in nineteenth-century Brazil and its labor, social and political agendas for women

Brena Paula Fernandez

Federal University of Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Geanny Paula Thiesen

Federal University of Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Roberta Westerich Koch

Federal University of Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Received: 01st Dec. 2025

Approved: 26th May 2026

Published: 31st Aug. 2026

* Professor in the Graduate Program and Department of Economics at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Ph.D. in Human Sciences and M.A. in Philosophy from UFSC; B.A. in Economics from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Coordinator of the Feminist Economics Research Center (NEEF/UFSC-CNPq). Email: brena.fernandez@ufsc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3126-4821>

 <http://lattes.cnpq.br/0405641841986217>

** Economist (Federal University of Santa Catarina – UFSC) and researcher at the Center for Feminist Economics Studies (NEEF/CNPq/UFSC). Email: geannythiesen@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-0095-1657>

 <http://lattes.cnpq.br/4152214993844910>

** Economist (Federal University of Santa Catarina – UFSC) and researcher at the Center for Feminist Economics Studies (NEEF/CNPq/UFSC). E-mail: robertawestk@icloud.com

 <https://orcid.org/0009-0002-1795-3353>

 <http://lattes.cnpq.br/9876193235848023>

Abstract

The goal of this paper is to challenge the perspective of traditional economic historiography, which has overlooked the contributions of women in Brazilian economic history textbooks. Our analysis aimed to bring attention to significant economic, social, and political issues highlighted in publications (both feminine and feminist) from the early 19th century. We selected three of the most emblematic newspapers that embodied these characteristics as objects to be analyzed here: *O Espelho das Brasileiras* (1831-1832), *O Sexo Feminino* (1873-1889), and *A Família* (1888-1897). Regarding methodology, the article employs both a qualitative and quantitative approach. In the qualitative part of the research, we conduct a primary and secondary bibliographic review of the three selected newspapers, as well as of their most prominent female journalists who fought for the educational, labor, and political rights of Brazilian women in the 1800s. In the quantitative part of the analysis, we created four tables based on the centenary data originally published in 1872, to empirically support the social and labor demands of women at that time.

Keywords: History of Brazilian Women; Women's Education; Women's Work; Women's Suffrage; Nineteenth Century.

1.Introdução

O jornalismo surgiu no século XVII, e as mulheres ocidentais se aventuraram por ele praticamente desde o seu início. Na Inglaterra, algumas mulheres começaram a publicar jornais femininos com o patrocínio de algum parente do sexo masculino, como forma de distração. Elas escreviam sobre moda, cuidado com o lar, poesia e beleza. Gradativamente, a ideia de criar jornais femininos se espalhou para outros países, e foi na França que surgiu o *Le Journal des Dammes* (1759-1778) – o primeiro jornal tanto redigido e editorado por mulheres quanto especificamente dirigido a elas. O periódico teve um início totalmente focado na publicação de matérias voltadas para a literatura, mas ao longo do tempo foi adquirindo um caráter feminista. Uma de suas diretoras, Mme de Beaumer, foi quem pela primeira vez introduziu os termos “diretora” e “autora”, no feminino, considerando que até então os vocábulos que designavam estas profissões só existiam no masculino (Sullerot, 1966).

Nos seus primórdios, a imprensa feminina brasileira foi bem semelhante à imprensa francesa em suas características, visto que ambas se dividiam em dois eixos: o dos deveres e o dos direitos. A Imprensa do primeiro eixo se desenvolveu no século XVIII e tratava de temas de interesse para a aristocracia, como moda, religião, maternidade ou o papel da mulher na sociedade. Enquanto isso, a imprensa do direito, de cariz feminista, carregava em outras tintas.

No Brasil, em sua conhecida obra *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil no século XIX* Duarte (2016) catalogou 143 jornais e revistas da época que se dirigiam especificamente para o público feminino, e que estavam em circulação no Brasil Imperial. Também aqui, mesmo entre os assim chamados “jornais femininos”, “existiam apenas uns poucos periódicos dirigidos por homens mais sensíveis às mudanças do comportamento social, e que se apressavam em oferecer publicações especialmente pasteurizadas para o público feminino” (Duarte, 2003, pp. 153-4).

Por essa razão, paralelamente surgiram também periódicos criados, editorados, dirigidos especificamente para elas, além de terem suas matérias redigidas pelas próprias mulheres. Seja como redatoras, jornalistas ou articulistas, aquelas precursoras lograram transpor a tradicional divisão dicotômica entre as esferas masculina e feminina, desconstruindo a concepção do espaço público como privilégio masculino, e colocando em xeque visões muito arraigadas no que dizia respeito à

divisão sexual do trabalho no Brasil Império. Segundo a descrição de Duarte (2016, p. 14), “se a imprensa feminina é dirigida e pensada para mulheres, a feminista – também destinada ao mesmo público – se diferenciará por protestar contra a opressão e discriminação e exigir a ampliação de direitos civis, econômicos e políticos.”

É, portanto, dessa pequena amostra dos periódicos oitocentistas – localizados na interseção entre os “femininos e feministas” – que selecionamos três entre os seus mais emblemáticos representantes como objetos a serem aqui analisados: *O Espelho das Brasileiras* (1831-1832), *O Sexo Feminino* (1873-1889) e *A Família* (1888-1897). Tendo esse contexto como pano de fundo, o objetivo do presente artigo é contestar a visão da historiografia econômica tradicional, ou seja, o absoluto apagamento da atuação das figuras femininas na economia nos manuais brasileiros de história econômica. Segundo Muzart (2003, p. 227), “o esquecimento das escritoras do século XIX é um esquecimento político, pois não só mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas.” Estamos neste momento nos referindo portanto necessariamente às pautas de cariz econômico, social e político – trazidas à baila nos periódicos femininos e feministas – que questionavam o *status quo* da época, reivindicando direitos à educação, à ampliação do leque de trabalhos remunerados que poderiam ser desempenhados pelas mulheres e à participação no cenário político, então impensáveis para a população feminina do Brasil oitocentista. Duarte (2020, p. 246) complementa:

Todos estes periódicos foram importantes instrumentos na conscientização das mulheres, pois divulgavam o que ocorria em outros países, faziam circular os textos entre si, davam notícias de livros, da abertura de escolas, e apoiavam as iniciativas das companheiras. Criaram, concretamente, uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual.

Embora parte significativa da historiografia tradicional tenha construído representações das mulheres oitocentistas como sujeitos socialmente invisibilizados, subordinados à autoridade masculina e restritos ao espaço doméstico, pesquisas mais recentes têm problematizado essa interpretação homogênea. De fato, a ordem patriarcal vigente no Brasil do século XIX atribuía às mulheres papéis fortemente vinculados à família, à maternidade e à administração do lar, limitando sua participação

formal na esfera pública (Soihet, 2018). Entretanto, tal modelo normativo não esgotava a diversidade das experiências femininas.

Diversos estudos demonstram que numerosas mulheres atuaram de forma ativa na economia familiar e nos espaços de sociabilidade, especialmente entre os grupos populares urbanos e rurais. Em muitos casos, a necessidade de garantir a subsistência própria e de seus dependentes levou tanto mulheres livres quanto escravizadas a desempenharem atividades produtivas e comerciais, inserindo-se em diferentes modalidades de trabalho remunerado (Samara, 1997; Dias, 2012). Nesse contexto, o século XIX também foi marcado pela ampliação gradual da presença feminina para além dos limites impostos pelo ideal da família patriarcal, evidenciando trajetórias de participação econômica e social que desafiaram os modelos tradicionais de gênero. Assim, longe de constituírem um grupo homogêneo e passivo, as mulheres brasileiras do período construíram estratégias diversas de atuação e sobrevivência, contribuindo significativamente para a manutenção de suas famílias e para a dinâmica econômica da sociedade oitocentista (Matos, 2013; Soihet, 2018).

Significa dizer que, ao lado das mulheres que ficavam em casa e que, entre as quatro paredes do lar, tinham sim um papel submisso, havia igualmente, por um lado, aquelas empenhadas na defesa dos direitos femininos. Por outro lado, sobretudo nas camadas mais empobrecidas da população, havia aquelas mulheres que precisavam trabalhar para sobreviver. Essa necessidade feminina pelo trabalho extradoméstico foi bastante explicitada no *I Recenseamento da População do Império do Brasil* (publicado em 1º de agosto de 1872) (IBGE, 1872).

No que toca a metodologia, o artigo lança mão de uma abordagem que combina aspectos qualitativos e quantitativos. Na parte qualitativa da pesquisa, fazemos a revisão bibliográfica primária e secundária dos três jornais escolhidos, bem como de suas periodistas mais destacadas na luta pelos direitos educacionais, trabalhistas e políticos das brasileiras dos oitocentos. Já na parte quantitativa da análise, elaboramos quatro tabelas a partir dos dados censitários originalmente publicados em 1872, a fim de embasar empiricamente a urgência das demandas sociais e econômicas das mulheres de então.

O texto foi dividido em quatro seções, além desta introdução. Em cada uma das seções 2, 3 e 4, apresentamos as demandas femininas mais importantes apresentadas

pelos periódicos *O Espelho das Brasileiras*, *O Sexo Feminino* e *A Família*, destacando as participações das periodistas/editoras mais destacadas de cada um deles: Nísia Floresta, Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Josephina Álvares de Azevedo, respectivamente. Na seção de considerações finais resumimos os nossos principais argumentos e fazemos algumas reflexões acerca dos resultados encontrados.

2. Imprensa feminina e feminista no Brasil

O surgimento da imprensa no Brasil se efetivou apenas após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. A recém-instalada Imprensa Régia passou a imprimir a periódica *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809 – 1822) a partir de 10 de setembro de 1809 (Molina 2015). Quase duas décadas depois, em 1827, ainda no Rio de Janeiro, foi lançado pelo jornalista francês Pierre Plancher o primeiro periódico brasileiro totalmente voltado ao público feminino: *O Espelho Diamantino* (1827 -- 1828). Seus principais assuntos compreendiam a literatura, as belas-artes e modas, acrescentando o atributo “dedicado às senhoras brasileiras” (Soares, 1986, p. 37). É certo que, embora à margem, a literatura feminina foi presença constante nos periódicos do século XIX (Muzart, 2003; Duarte, 2016).

A presença de mulheres na imprensa de fato marcou o início do rompimento entre a separação das esferas – masculina e feminina, pública e privada, do mundo e do lar – apesar das pressões sociais que indicavam que o ambiente adequado para mulheres era o doméstico. Com efeito, a inserção feminina na imprensa abriu uma gama de espaços essenciais, que eram vedados às mulheres brasileiras do século XIX:

Através dos jornais, elas tiveram acesso a discussões que, teoricamente, eram restritas ao sexo dito forte; tiveram a liberdade de tornarem públicas suas ideias, puderam exercer uma função fora do lar, e, ainda, conseguiram questionar alguns preceitos da ordem vigente, juntamente com os argumentos que a sustentavam. (Souto, 2013, p. 21).

Além disso, “uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos de periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta.” (Muzart, 2003, p. 226). Começando pelo mais básico de todos, cronologicamente o direito à educação foi o primeiro deles por razões óbvias.

2.1 A luta pelo direito feminino à educação n’O Espelho das Brasileiras (1831-1832)

A partir do momento em que o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822, iniciou-se a preocupação de se construir um sistema nacional de instrução pública como um meio de trazer modernidade ao país, levando a jovem nação a tomar rumos de civilização (Xavier et al., 1994). Andrade (1999, p. 140) chama a atenção para as condições sociais em que viviam as mulheres do Império, o que talvez ajude a explicar o desinteresse das autoridades pela educação das meninas em específico:

A educação durante a monarquia estava ligada ao desempenho dos papéis sociais, enquanto a educação masculina era direcionada para o exercício da cidadania e das funções públicas, a educação feminina estava voltada para as funções familiares e para a maternidade. A sociedade era pensada a partir da célula familiar e a vida social funcionava como uma ampliação da vida doméstica. No quadro das relações sociais patriarcais, aos homens cabia formar e dirigir os núcleos familiares através da procriação, sustentação e proteção; o lugar do homem era o de administrador dos espaços privados e públicos, do micro ao macro espaço sócio-político-econômico. Às mulheres cabia o papel de reprodutoras da linhagem das famílias e zeladoras do lar; o lugar da mulher era o de esposa e mãe no âmbito doméstico e familiar, e, de forma complementar, de dama da sociedade.

O contexto histórico do Brasil em meados de 1830 – época em que surgiu *O Espelho das Brasileiras* – era de um país recém-liberto da situação de colônia portuguesa, em que as instituições não estavam ainda consolidadas e poucos eram aqueles que se interessavam em participar da vida política do país. A maior parte da população não tinha acesso à educação formal, especialmente as mulheres, que enfrentavam barreiras adicionais devido às normas sociais da época.

A primeira lei educacional que autorizou o funcionamento de escolas públicas femininas foi promulgada apenas em 1827, sob o Reinado de Dom Pedro I. Ela instituiu o ensino gratuito e obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, além de regulamentar o salário dos professores e o conteúdo a ser ensinado nas escolas. Foi um avanço para a educação feminina, pois oficializou o ensino das primeiras letras para as meninas em escolas (mesmo que apenas a nível elementar). Mas a justificativa de educar as mulheres estava clara no texto da lei:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (*apud* Priori, 2004, p. 447).

Antes de 1827, a pouca educação formal feminina oferecida era ministrada em conventos de freiras – que reuniam as grandes bibliotecas e o conhecimento de então – e nas raras escolas particulares nas casas de professoras. Para as famílias mais abastadas, havia a opção de se contratar uma preceptora, geralmente estrangeira. Com efeito, segundo o relato de um inspetor geral da instrução primária e secundária do município da Corte, em 1874 “entre nós, em regra geral, o rico paga a um mestre, que vem dar em casa o primeiro ensino a seu filho; o remediado manda os filhos para o colégio particular onde recebem a instrução primária e secundária, e o pobre, esse é que se utiliza da escola pública.” (Hahner, 2010, p. 315).

Não deve causar estranheza, portanto, a superficialidade ter sido a marca dos registros acerca da educação no primeiro recenseamento brasileiro publicado em 1872, já sob os auspícios de D. Pedro II e quase meio século após ser permitido o acesso das meninas à educação primária. Ao se restringir apenas ao número de alfabetizados e analfabetos e àqueles que, entre os seis e os quinze anos de idade frequentavam a escola, os números do censo deixam muito claro o débil e insuficiente sistema educacional brasileiro da época, como se pode conferir nas tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – População total – livre e escravizada – e grau de instrução em 1872. Dados desagregados por sexo (valores absolutos e percentagens)

Sexo	Homens	Mulheres
População Total	9.930.478	
População por sexo	5.123.869	4.806.609
<i>Percentagem</i>	51,6%	48,4%
Total	100%	
LIVRES	8.419.622	
Livres por sexo	4.318.699	4.100.923
<i>Percentagem da população</i>	43,5%	41,3%
Total ESCRAVIZADOS	84,8% 1.510.856	
Escravizados por sexo	805.170	705.686
<i>Percentagem da população</i>	8,1%	7,1%
Total ALFABETIZADOS	15,2% 1.560.098	
Alfabetizados por sexo	1.010.576	549.523
<i>Percentagem da população alfabetizada por sexo</i>	10,18%	5,53%
Total	15,71%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do primeiro censo demográfico do IBGE (1872).

No Brasil oitocentista, o analfabetismo era uma característica marcante. De uma população total de 9.930.478 de habitantes, sendo 8.419.622 deles livres, os números da educação mostram que apenas 15,71% do total dos brasileiros eram alfabetizados, sendo 10,18% destes homens e apenas 5,53% (!) mulheres. No que toca a frequência à

escola por parte da população entre os seis e os quinze anos de idade, a situação não era melhor: 83,14 % do total das crianças e adolescentes nessa faixa etária não tinham acesso à educação.

Tabela 2 – População de meninos e meninas em idade escolar – dos 6 aos 15 anos -- no Brasil em 1872. Dados desagregados por sexo (valores absolutos e percentagens)

Sexo	Meninos	Meninas
População Total	1.902.434	
População por sexo	941.782	960.652
<i>Percentagem Por sexo</i>	49,50%	50,50%
Percentagem Total	100%	
Frequentam a escola	155.651	165.078
Total	320.729	
<i>Percentagem Por sexo</i>	8,18%	8,68%
Percentagem Total	16,86%	
Não frequentam a escola	786.131	795.574
Total	1.581.705	
<i>Percentagem Por sexo</i>	41,32%	41,82%
Percentagem Total	83,14%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do primeiro censo demográfico do IBGE (1872).

Diante de um problema de tal magnitude, é fácil entender a ordem cronológica da agenda reivindicatória que se estabeleceu por parte dos periódicos feministas brasileiros ao longo do século XIX. Sem educação não seria possível almejar aos trabalhos mais prestigiosos e melhor remunerados do Império, e menos ainda participar de igual para igual junto com os homens da arena política, votando e sendo votada.

Como a educação feminina era condição *sine qua non* para uma participação cidadã nos rumos do país, foi por aí que as reivindicações feministas começaram em nosso país.

O periódico *Espelho das Brasileiras*, surgido em Recife em 1831, foi o primeiro na cidade voltado para as mulheres. Seu editor foi o jornalista francês Adolphe Emile de Bois-Garin, então residente em Pernambuco. Bastante sensível à causa feminina, ele “insistia na participação cívica das mulheres, manifestando uma posição contrária a D. Pedro I.” (Duarte, 2016, p. 55). Além disso, foi também um dos primeiros a defender veementemente a educação feminina.

Figura 1 – Espelho das Brasileiras, Sergipe – 03/05/1831.



Fonte: <https://webjornalismo.unicap.br/literatura-feminina/imprensa-feminina-do-seculo-xix-atuou-na-emancipacao-das-mulheres/>

Uma novidade introduzida pelo jornal foi ter aceitado a contribuição feminina para a redação de suas matérias desde o primeiro número. Dentre essas contribuições, sem sombra de dúvidas a mais emblemática delas foi a de Dionísia Pinto Lisboa (1810-1885), autora que viria mais tarde a se tornar internacionalmente conhecida sob o pseudônimo de “Nísia Floresta”.

Na literatura especializada sobre a História das Mulheres no Brasil, Nísia é comumente apontada como a primeira feminista brasileira e provavelmente a primeira escritora a publicar textos em jornais sobre os direitos das mulheres. (Hahner, 1980; Priori, 2004; Pinsky e Pedro, 2012; Fernandez, 2023).

Aos 20 anos de idade, ela iniciou sua trajetória de escritora no periódico *Espelho das Brasileiras*, sendo que, ao longo dos seus 74 anos de vida, teve uma produção significativa, com quinze títulos publicados¹, “entre poemas, romances, relatos de viagens e ensaios – em português, francês, inglês e italiano.” (Duarte, 2006, p. 14).

Em seu *debut* jornalístico, Floresta escreveu: “Não duvidareis, Patrícias caras, de que as primeiras letras são os trabalhos que devem dar-se a uma menina, logo que ela vá tendo uso da razão” (*Espelho das Brasileiras*, n. 18, 1831).

Após 1832, quando o jornal encerrou as suas atividades, Nísia retomou diversas vezes aos seus temas mais caros, publicando variados artigos em periódicos, além dos livros referidos anteriormente. Em 1853 publicou *Opúsculo Humanitário* (Ensaio sobre educação), uma coletânea de artigos de jornais diversos, anteriormente publicados pela imprensa carioca. Nessa obra, já bem mais madura, a autora estabeleceu uma relação direta entre a impossibilidade de as mulheres estudarem para as carreiras científicas e o impedimento que acessassem as profissões de maior prestígio econômico, social e político. “Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência... Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado em que as

1 Foram essas as suas obras publicadas: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (Recife, 1832; Porto Alegre, 1833; Rio de Janeiro, 1839); *Conselhos à Minha Filha* (Rio de Janeiro, 1842; 1845; Firenze, 1858; Mandovi, 1859; Paris, 1859); *Fanny ou o Modelo das Donzelas* (Novela; Rio de Janeiro, 1847); *Daciz ou a Jovem Completa* (Novela; Rio de Janeiro, 1847); *Discurso que às suas Educandas dirigiu Nísia Floresta* (Rio de Janeiro, 1847); *Pensamentos* (Poemas, Rio de Janeiro, 1950); *A Lágrima de um Caeté* (Poema, Rio de Janeiro, 1849; Florença, 1860); *Dedicação de uma Amiga* (Romance, 2 vol; Niterói, 1850); *Opúsculo Humanitário* (Ensaio sobre educação; Rio de Janeiro, 1853); *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne* (Paris, 1857); *Scintille d'un anima brasileira* (Ensaio; Florença, 1859); *Trois ans en Italie, suivis d'un Voyage en Grèce* (Paris, 2 vol. 1864 e 1867); *Woman* (Ensaio, Londres, 1865); *Le Brésil* (Ensaio, Paris, 1871); *Fragments d'un Ouvrage Inédit – Notes Biographiques* (Biografia; Paris, 1878).

mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens.” (Floresta, 1989 [1853], p. 52 e 73).

Como eram assuntos claramente interligadas, a questão da educação feminina e da ampliação do leque de profissões franqueadas às mulheres seria uma tecla na qual escritoras feministas viriam a voltar a bater ao longo de todo o século XIX.

3. Educação e trabalho das mulheres no Brasil oitocentista n’*O Sexo Feminino* (1873-1889)

É inegável que a precária situação da educação no país repercutiu negativamente sobre o grau de desenvolvimento da atividade econômica do Brasil, já que 40% da população total não tinham profissão definida. Para as mulheres, a situação era ainda mais grave, com quase 50% das mulheres (livres) sem profissão definida. A tabela 3 elenca o ranking das profissões com maior percentual de brasileiras livres em 1872:

Tabela 3 – Ocupações com maior número de mulheres livres no Brasil em 1872 (dados absolutos e percentagens)

Ocupações	Total	Percentagem
População de mulheres livres	4.100.923	100%
Sem Profissão	2.015.709	49,15%
Empregadas Domésticas	719.015	17,53%
Lavradoras	600.979	14,65%
Costureiras	465.684	11,35%
Operárias em Tecido	120.675	2,94%
Criadas/Jornaleiras	90.162	2,2%
Criadoras	58.689	1,43%

Capitalistas/ Proprietárias	8.723	0,21%
Comerciantes/Guarda Livros/Caixeiras	8.556	0,20%
Manufatureiras/ Fabricantes	4.870	0,12%
Artistas	3.956	0,10%
Professoras/ Mulheres de Letras	2.218	0,05%
Parteiras	1.147	0,02%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do primeiro censo demográfico do IBGE (1872).

Pelo menos dois pontos chamam bastante atenção nessa lista: em primeiro lugar, o elevado percentual de mulheres livres sem profissão. Por um lado, como referimos anteriormente, esse fato decorre diretamente da falta de instrução formal para as mulheres (já que apenas 5,53% das mulheres eram alfabetizadas – Tabela 1). Por outro, ele não significa necessariamente que essas mulheres sem profissão não trabalhassem. Pelo contrário, ele pode ter facilitado a entrada de mulheres no mercado de trabalho, porém de uma forma extremamente precarizada. Para Tupy (2004, p. 156),

É possível supor [...] que as pessoas identificadas como não tendo uma profissão realizassem quaisquer tarefas necessárias à sua subsistência. Sua não especialização, longe de se constituir num obstáculo, aparentemente facilitava obter o sustento na realização de alguma das inúmeras atividades exigidas pela vida cotidiana: o cultivo, o preparo, a compra e venda dos alimentos; o cuidado e a reparação de vestuários; o transporte de bens, mercadorias e pessoas, etc. Tarefas essenciais que, desprestigiadas, eram realizadas por homens e mulheres...

Em segundo lugar, quando olhamos para o grupo de mulheres “com profissão”, as empregadas domésticas, lavradoras e costureiras se destacam, perfazendo, juntas, 43,53% das brasileiras livres em 1872. O elevado número de lavradoras se justifica pelo fato de ser o Brasil do século XIX um país essencialmente agrário. Tratava-se de uma

economia exportadora de produtos primários, agrícolas e minerais, produzidos e extraídos por mão de obra cativa nas fazendas do interior do país. Já as empregadas domésticas e costureiras são profissões tradicionalmente associadas ao universo feminino, tendo em vista que as meninas da época sempre eram treinadas, em casa, pelas mães, a executarem tais atividades. Mais abaixo na lista, observamos profissões menos representativas em termos percentuais, como parteiras e/ou professoras. Ainda nestes casos, a presença das mulheres se manifestava “em áreas tradicionalmente a elas associadas: a maternidade e o cuidado com a prole.” Tupy (2004: p. 164). Por não exigirem formação científica, eram (e ainda são) profissões extremamente desvalorizadas. Some-se a isso o agravante de que, com tão poucas profissões disponíveis para as mulheres, a concorrência entre elas fazia os salários despencarem ainda mais.

Por outro lado, quando examinamos as profissões mais prestigiosas do Império, o acesso à educação superior garantiu aos homens o monopólio desses cargos e funções. Na tabela 4 elencamos uma lista dessas profissões, nas quais, pelos motivos atrás referidos, não havia qualquer mulher catalogada.

Tabela 4 – Ocupações sem o registro de qualquer mulher no Brasil em 1872 (números absolutos)

Ocupações	Homens	Mulheres
Juízes	968	0
Advogados	1.674	0
Notários e Escrivães	498	0
Procuradores	1.204	0
Oficiais de Justiça	1.619	0
Médicos	1.729	0
Cirurgiões	288	0
Farmacêuticos	1.392	0

Militares	27.716	0
Marítimos	21.716	0
Religiosos seculares	2.225	0
Religiosos regulares	107	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do primeiro censo demográfico do IBGE (1872).

Nesse contexto de divisão sexual do trabalho, que reservava às mulheres profissões bastante precárias, mal pagas e socialmente desprestigiadas, e aos homens justamente o inverso, é que surge no dia 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha (MG), a primeira edição do periódico *O Sexo Feminino*.

Figura 2 – O Sexo Feminino, Campanha (MG) – 07/09/1873.



Fonte: <https://rainhastragicas.com/2015/11/21/jornalistas-do-seculo-xix/>

O fato de o jornal ter sido lançado em 7 de setembro, data da independência do Brasil, provavelmente possui uma forte carga simbólica e política. Uma interpretação histórica bastante plausível é que a escolha da data buscava associar a emancipação feminina à própria ideia de emancipação nacional. Como no século XIX as mulheres brasileiras estavam excluídas da vida política, do voto, de boa parte da educação formal e das profissões socialmente reputadas como prestigiosas, a independência nacional era vista como incompleta enquanto metade da população permanecesse subordinada. Nesse sentido, a data poderia funcionar como uma crítica indireta: independência para os homens, porém continuidade da dependência (financeira e política) para as mulheres. A escolha do 7 de setembro para a data de estreia do periódico colocava essa contradição em evidência sem precisar enunciá-la de forma explícita. Esse simbolismo é reiterado quando, após a proclamação da República, o periódico muda o seu título para “O Quinze de Novembro do Sexto Feminino” com a Proclamação da República e volta-se para a defesa mais veemente do direito ao sufrágio feminino.

De fato, o feminismo oitocentista brasileiro costumava empregar uma linguagem moderada e estratégica. Em vez de confrontar diretamente a ordem social, utilizava símbolos nacionais e morais para expor contradições. Esse era exatamente o caso de Francisca Senhorinha. De acordo com Pinto (2003), a professora mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 – 1910) foi a primeira mulher brasileira a criar, editar, além de escrever matérias em um periódico com a finalidade de divulgar a causa das mulheres, lutando pela educação, instrução e emancipação econômica das brasileiras (Buitoni, 1986). Além de proprietária do *Sexo Feminino*, ela foi portanto também sua editora e articulista.

O jornal foi publicado ininterruptamente entre 1873 e 1889, tendo sido empreendimento bastante ousado, não apenas em termos da temática -- que desafiava frontalmente o *status quo* da época --, como também quando se consideram os aspectos mais práticos da vendagem de um jornal escrito sobre e para mulheres, que contava com uma tiragem de “800 exemplares para uma população de 20.071 mulheres, das quais apenas 1.158 sabiam ler.” (Buittoni, 1986, p. 52). Já no editorial de lançamento, Senhorinha avança as demandas que abraçaria nos anos subsequentes, dizendo:

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa - O Sexo Feminino; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso; [...] riam os curiosos seu riso sardônico de reprovação à ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; persigam os retrógrados com seus dilerios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de utopia. O Sexo Feminino aparece, há de lutar, e lutar até morrer [...] O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais de metade dos males que os oprimem é devida ao descuido, que eles tem tido da educação das mulheres e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa [...] (O Sexo Feminino, nº 1, 1873, p. 1).

A tônica das reivindicações continuava a ser a educação formal de qualidade para as mulheres como meio de conseguirem trabalho que lhes permitisse conquistar autonomia e se sustentarem com dignidade, já que para ela a dependência econômica propiciava a submissão feminina.

Em vez de pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a literatura (ao menos a nacional e a portuguesa), a filosofia, a história, a geografia, a física, a química, a história natural... (O Sexo Feminino, nº1, 1873, p. 1).

De acordo com Hahner (1981), a fé da proprietária de *O Sexo Feminino* no poder da instrução estava relacionada à sua confiança no progresso. Acompanhando sinais do progresso em outras nações, sobretudo nos Estados Unidos, Senhorinha apresentava exemplos destas transformações sociais em suas matérias n' *O Sexo Feminino*.

Após a Proclamação da República, o jornal modificou seu nome para *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Conforme Celi Pinto (2003), durante a Proclamação da República, fase final do periódico, ele tornou-se mais político, defendendo a luta pelo voto feminino.

A condição social da mulher marca exatamente o grau de civilização de um povo, e é o reflexo do lar doméstico, porque a família é a molécula social; onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é bárbara a sociedade. (O Sexo Feminino, nº 2, 1889, p. 1)

É do período de 1880 as primeiras notícias de mulheres brasileiras cursando universidades, tanto no país como no exterior. A cada nova médica ou advogada, a

imprensa feminista festejava mais uma importante vitória. Entretanto, a resistência à profissionalização das mulheres de classe alta e média se mantinha. Era esperado que estas se dedicassem de forma integral ao lar e à família, e apenas moças pobres estavam liberadas para trabalhar em fábricas e como prestadoras de serviços domésticos (Duarte, 2003).

Foi ainda no mesmo século XIX que surgiram diversos movimentos sociais, dentre eles o sufragismo. Nascido na Inglaterra e nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, o movimento sufragista tinha como principal bandeira de luta o direito ao voto feminino, mas também reivindicava as demandas correlatas, como o direito à educação e à ampliação do leque de trabalhos acessíveis às mulheres.

4. Os primórdios do movimento sufragista brasileiro na Revista *A Família* (1888-1897)

Dentre os periódicos mais importantes editorados e redigidos por mulheres no século XIX que abraçaram causas feministas, encontra-se *A Família*, publicado entre 1888 e 1897, primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. O jornal foi encabeçado por Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), prima do poeta e escritor Álvares de Azevedo (1831-1852), uma das primeiras vozes femininas a se levantarem a favor do sufrágio feminino no Brasil. Esta reivindicação envolvia, para além do direito ao voto propriamente dito, também o direito de as mulheres serem eleitas e participarem plenamente da cena política nacional.

Figura 3 – A Família, Rio de Janeiro, 26/02/1891

A FAMÍLIA

DIRECTORA E REDACTORA — JOSEPHINA ALVARES DE AZEVEDO

ANNO III
Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1891
NUM. 96

JOANNA D'ARC

Podemos hoje dar como um verdadeiro brinde às leitoras d'A Família, a gravura de Joanna d'Arc, a extraordinária rapariga, que no momento mais crítico para os francezes surgiu em meio dos exercitos para salvar o seu povo de uma derrota certa e fatal.

Aofazel-o, apraz-nos traduzir o admiravel artigo que a seu respeito inseriu na importante revista *Le droit des femmes*, a illustre escriptora Jeanne Mercet, que transfunde n'elle a serie de profundas considerações occurrentes a uma visita feita ao Pantheon.

Eil-o:

JOANNA D'ARC NO PANTHEON

—Pápá, quem é esta mulher? perguntou curiosa-mente uma criança ao parar defronte da estatua de Joanna d'Arc.

—Um dos nossos grandes homens!

Com effeito, é uma das grandes figuras da humanidade!

Que importa o sexo ao heroismo? Que importa saber se a dedicação faz bater o coração em um peito masculino ou em um peito feminino? Joanna d'Arc, sensibilizada em todas as suas fibras pela desolação da patria, enamorada pela imaginação do rei que queria adorar ao pé de si, sonha com um salvador para a França em perigo.



A sua alma extasiada, as vozes que ouve ou julga ouvir, vem determinar, que se esqueça de si para fazer-se corajosa e resoluta.

Ella exita; sente-se tão fraca!

será no porvir: quasi que um contrasenso, mas que sobre a França de então e nos tempos guerreiros u barbaros que passaram, se ergueu como uma redemptora, firmada com o seu martyrio, a esta mulher nós devemos um lugar no Templo da Memoria.

O Pantheon se levanta para as existencias preciosas sacrificadas no interesses de todos, sobre os grandes corações sacrificados no serviço da civilização, sobre as cinzas veneradas d'aquelles que foram os convictos de uma grande causa, porcelladerrotados até o pelharrinho do martyrio sangrento.

Sob esse titulo, Joanna d'Arc tem o seu lugar assignalado, em que, um dos primeiros, o seu nome deve ser inscripto!

O Pantheon a reclama!

«A patria franceza é filha das lagrimas e do sangue de uma mulher», disse Michelet.

E' mais do que isso: é a luz d'uma civilização que a sua voz inspirada surgiu das trevas!

E' em nome dos direitos do ser humano que, em sua logica e implacavel, Joanna discute firmemente com doçura, passo a passo, com os juizes.

O seu processo é a luta da sua justa revolta contra a pretensa subedoria das classes dirigentes.

Heretica e feiticeira! porque se

Fonte: <https://blogdabn.wordpress.com/2017/03/24/fbn-documentos-literarios-josephina-alvares-de-azevedo-jornalista-e-dramaturga/>

Já no artigo de abertura do jornal a autora não deixa dúvidas sobre o seu posicionamento: “Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós” (A Família, 1889). Josephina se apoia nos ideais de igualdade do Iluminismo para endossar a causa feminista no Brasil, e mesmo

sem o objetivo de iniciar uma luta, ela encerra seu primeiro edital convocando as mulheres a compartilhar de sua causa:

Estou certa de que caminhareis comigo na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na França e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades. A revolução que deu ao mundo a igualdade do homem teve por teatro uma das mais gloriosas nações da vetusta Europa, pode estar reservada à jovem América a imensa glória de ser o teatro da grande conquista de nossa igualdade. Luz e progresso, é hoje uma legenda americana. Seja também nosso patrimônio bendito. É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, por amor deste Brasil, que me viu nascer, e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, e em cujo seio a mulher seja nobre, instruída e livre (A Família, ano I, nº I).

Seu objetivo era despertar a consciência das mulheres, seguindo o exemplo das francesas e inglesas, para que elas pudessem competir com os homens em todos os campos profissionais. Liberta da submissão secular, a mulher moderna deveria ser instruída para participar de forma ativa da política, da economia, da medicina e da elaboração de leis.

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo nossa natureza, funções especiais, como eles pelas mesmas razões as têm. Mas isso não é razão de inferioridade[...] Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do Estado. (Josephina Álvares de Azevedo, 1888).

Havia um abismo entre o atraso brasileiro e entre outros países como Inglaterra, França e Estados Unidos no que dizia respeito à colocação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Enquanto as mulheres que recebiam seus primeiros diplomas no Brasil não tinham sequer a chance de exercer sua profissão, na Inglaterra as mulheres já estavam participando das repartições públicas, como o jornal *A Família* relatou:

Foi em 1870 que o governo inglês pôs em prática a ideia de utilizar os serviços da mulher nas repartições do estado e ordenou que se fizesse o primeiro ensaio nesse sentido. 700 moças foram empregadas nas repartições do correio quando se estabeleceu o serviço telegráfico, e desde então tem continuado a desempenhar admiravelmente a manipulação dos aparelhos elétricos e o serviço geral das repartições. (...) O satisfatório êxito obtido pela prática nas repartições do correio, com o emprego da mulher no desempenho da mulher nos diferentes cargos fez com que se utilizassem os seus serviços em outros ramos de administração pública, o induziu muitos estabelecimentos comerciais a seguir este exemplo. (A Família: 8/12/1888).

Enquanto em 1870 as mulheres inglesas atuavam em áreas da economia, alguns colégios da Corte, como o Dom Pedro II, estavam apenas começando a aceitar a admissão de alunas do sexo feminino. A primeira universidade feminina do Brasil surgiu somente em 1879 com um número reduzido de vagas, quando Dom Pedro II, então Imperador do Brasil, concedeu às mulheres esse direito. Entretanto, mesmo depois de formadas, a grande maioria das universitárias não conseguiram exercer sua profissão, e muito disso se deveu ao fato de que os homens da elite não queriam ver suas mulheres saindo de casa para trabalhar. Tendo em vista os altos custos do acesso à universidade no Brasil neste período, às mulheres da classe baixa só restaria a opção de trabalhar em campos profissionais com os quais já tinham familiaridade, tendo em vista que funcionavam como uma extensão de seu lar, sendo estes o trabalho de empregada doméstica, costureira, doceira ou similares.

Instaurada a república no país, *A Família* passou a incorporar a militância sufragista muito mais ostensivamente, como matéria de primeira página, buscando convencer suas leitoras da urgência de cada uma delas tornar-se também, em seus lares, uma defensora da causa, da qual dependia sua “elevação na sociedade” (*A Família*, 1890). É desta fase a série de artigos intitulada *O direito de voto*, em que a militante argumenta quanto ao caráter ilusório da igualdade prometida pelo novo regime, caso as mulheres continuassem impedidas de exercer seu direito de voto. (Andrade, 2011).

A partir desse momento, Josefina também passou a buscar espaços alternativos para a militância. Já no início de 1890, publicou o opúsculo *Retalhos*, em que reeditou os artigos publicados n’*A Família*, que compuseram a série “O direito de voto”, buscando o fortalecimento da propaganda sufragista. Ela priorizava a ampliação dos direitos políticos e legais para a melhoria da situação econômica das mulheres na sociedade brasileira. A autora acreditava que, por meio dos direitos legais, outras questões poderiam ser elucidadas. De fato,

[...] de um pagamento igual para igual trabalho, e idênticas oportunidades educacionais. Mas para conseguir esses objetivos, argumentava, as mulheres deveriam ter acesso total ao processo político como cidadãos; elas deveriam ter participação política direta e legitimada[...] as sufragistas viam no voto um meio de ação. Para elas, constituía um necessário instrumento de progresso para romper barreiras que impediam uma liberdade social mais completa, e,

portanto não apenas um instrumento com fim em si próprio. (Hahner 2003, p. 292-293).

O direito de voto feminino no Brasil foi concedido somente em 1932, trinta e cinco anos após a publicação do último número de *A Família*. Não obstante esse atraso, não resta dúvida de que a revista foi parte importante também dessa conquista das mulheres brasileiras.

Considerações Finais

Este artigo buscou demonstrar que a imprensa feminina e feminista brasileira do século XIX desempenhou papel fundamental na construção de espaços de contestação às desigualdades de gênero existentes no Brasil Imperial. Por meio da análise dos periódicos *O Espelho das Brasileiras* (1831-1832), *O Sexo Feminino* (1873-1889) e *A Família* (1888-1897), foi possível identificar a existência de uma agenda articulada de reivindicações que vinculava diretamente o acesso das mulheres à educação, ao trabalho remunerado e aos direitos políticos.

Ao contrário da imagem tradicionalmente difundida por parte da historiografia econômica, que frequentemente relegou as mulheres a uma condição de invisibilidade histórica, os periódicos analisados evidenciam que elas participaram ativamente dos debates sobre os rumos da sociedade e da economia brasileiras. Suas editoras e colaboradoras não apenas denunciaram as limitações impostas pela ordem patriarcal, como também formularam projetos concretos de transformação social baseados na ampliação das oportunidades educacionais, profissionais e políticas para as mulheres.

A análise dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 permitiu contextualizar empiricamente essas reivindicações. Os elevados índices de analfabetismo feminino, a concentração das mulheres em ocupações de baixa remuneração e prestígio social e sua completa ausência em diversas profissões de maior status econômico e político demonstram que as demandas defendidas pela imprensa feminista não eram meramente abstratas ou ideológicas. Ao contrário, respondiam a obstáculos concretos enfrentados por milhões de brasileiras, cuja exclusão dos espaços de instrução, trabalho qualificado e participação política limitava suas possibilidades de autonomia econômica e cidadania.

Nesse sentido, observou-se uma progressão histórica significativa nas pautas defendidas pelos periódicos estudados. Em *O Espelho das Brasileiras*, a educação feminina aparecia como condição indispensável para o desenvolvimento intelectual das mulheres e para sua inserção mais ampla na vida social. Décadas mais tarde, em *O Sexo Feminino*, a instrução passou a ser associada de forma explícita à emancipação econômica e ao acesso a profissões até então monopolizadas pelos homens. Finalmente, em *A Família*, as reivindicações ampliaram-se para a esfera dos direitos políticos, sobretudo o sufrágio feminino, compreendido como instrumento indispensável para a conquista de transformações sociais mais profundas.

As trajetórias de Nísia Floresta, Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo ilustram a formação de uma tradição intelectual feminista no Brasil oitocentista. Suas intervenções demonstram que a luta pelos direitos das mulheres não surgiu de forma repentina no século XX, mas possui raízes profundas nas décadas finais do Império e nos primeiros anos da República. Por meio da imprensa, essas autoras construíram redes de circulação de ideias, estabeleceram diálogos com movimentos feministas internacionais e contribuíram para a formação de uma consciência coletiva acerca da condição feminina no país.

Conclui-se, portanto, que a imprensa feminina e feminista do século XIX constituiu um importante espaço de elaboração de críticas às estruturas sociais vigentes e de formulação de projetos alternativos de cidadania. Ao recuperar essas vozes e suas demandas, este estudo contribui para a revisão de narrativas historiográficas que ainda tendem a subestimar a participação das mulheres na vida econômica, intelectual e política brasileira. Mais do que espectadoras da história, as mulheres que escreveram, editaram e sustentaram esses periódicos foram agentes ativas na construção dos debates sobre educação, trabalho e direitos civis, deixando um legado que ajudaria a fundamentar conquistas posteriores, entre elas o acesso ao ensino superior, a ampliação das oportunidades profissionais e a obtenção do direito ao voto em 1932.

Referências

A FAMÍLIA. *Jornal literário dedicado à educação da mãe de família*. Rio de Janeiro, 1889-1890. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873/1890). *Dissertação (Mestrado em História)*, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6WXHM7/1/fernanda2006.pdf>

ANDRADE, Valéria. Dramaturgas brasileiras no século XIX: Escritura, Sufragismo e outras transgressões, *Plural Pluriel* - revue des cultures de langue portugaise, n. 8, p. 1-22, 2011, Disponível em: https://web.archive.org/web/20180130091219/http://plural.coletivorepare.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=323:dramaturgas-brasileiras-no-seculo-xix-escritura-sufragismo-e-outras-transgressoes&catid=80:numero-8-les-femmes-dans-le-theatre-bresilien&Itemid=55#_ftn12

ANDRADE, Vera Lúcia. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de Doutorado em História Social, 1999.

BOLIGON, Isabel. A autorrepresentação e a busca de emancipação da mulher nos textos de Josefina Alvares de Azevedo. *Dissertação de Mestrado em Letras*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201713/001106598.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CAMPOI, Isabela. O Jornal A Família e o Debate sobre o Voto Feminino nos Primeiros Anos da República Brasileira. *Veredas -- Revista Interdisciplinar de Humanidades*, v. 6, n. 11, 2023, p. 1-16. Disponível em: <https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/469/491>

CAMPOS, Luciane. Transgredindo a Norma: as Mulheres Brasileiras e a Luta pelo Direito ao Sufrágio. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, v.12, n.1, 2020, p. 218-238. Disponível em: [jandira-ribeiro,\(418-438\)TRANSGREDINDO+A+NORMA \(2\).pdf](#)

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, 2003, p. 151 – 173. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950/11522>

DUARTE, Constância Lima. A pioneira do feminismo brasileiro. *Jornal de Natal – DN Educação*, 2006, p. 18-20.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Literatura e feminismo no Brasil: primeiros apontamentos. In: SCHNEIDER, Lidiane e MOREIRA, Nadilza (orgs.) *Mulheres no Mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Editora do CCAD, p. 242-249, 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/mulheres-no-mundo-etnia-marginalidade-e-diaspora-2a-edicao/vol-05-mulheres-no-mundo-final.pdf>

ESPELHO DAS BRASILEIRAS. *Periódico arquivado na Biblioteca Nacional*. 1831. Pernambuco Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/espelho-das-brasileiras/818879>

FERNANDEZ, Brena. O Feminismo de Nísia Floresta (1810-1885) e a questão da capacitação intelectual feminina no Brasil do século XIX. *Revista Feminismos*, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2023.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-194*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

HAHNER, June. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX, *Revista Gênero*, v. 10, n. 2, 2010, p. 313-332. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30882/17970>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento do Brasil em 1872*, v. 1. Quadro 7: População considerada em relação às profissões, 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 443 – 481.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2013.

MENEGATT, Karen. A Imprensa Feminina e a Emancipação da Mulher: uma análise do Periódico O Sexo Feminino (Rio de Janeiro – 1889). *Epígrafe*, São Paulo, v. 9, n. 1, pp. 56-82, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/165256/162640>

MOLINA, Matías. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX: Antologia*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Mulheres/Edunisc, 1999.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Revista Estudos feministas*, v.11, n.1, p.225-233, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013/8720>

OLIVEIRA, Tathiane. A verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência: o periódico O Sexo Feminino e sua reivindicação pela emancipação das mulheres através da educação. In: *Anais do XIV Encontro da ANPUH – Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Disponível em [https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743308_ARQUIVO_Texto_ANPUH_2010\[2\].pdf](https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743308_ARQUIVO_Texto_ANPUH_2010[2].pdf)

O SEXO FEMININO. *Periódico arquivado na Biblioteca Nacional, seção de Obras Raras*. Anos de 1873-1874, 1875-1876 e 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>

PINTO, Celi Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2003. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/pinto-cc3a9li-regina-jardim-uma-histc3b3ria-do-feminismo-no-brasil.pdf>

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priorehistc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *As ideias e os Números do Gênero: Brasil, Argentina e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Livia. Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal A Família, de Josephina Álvares de Azevedo. *Tese de Doutorado em História*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/19795/2/Tese%20-%20L%20c3%advia%20Assump%20c3%a7%20c3%a3o%20Vairo%20dos%20Santos%20-%202022%20-%20completa.pdf>

SCHARPE-VALADARES, Peggy. Introdução e Notas. In: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Introdução e Notas de Peggy-Sharpe Valadares. São Paulo: Cortez, 1989, pp. i-xlii. Disponível em: [Opusculo Humanitario - Nisia Floresta.pdf](#)

SIQUEIRA, Júlia. A imprensa feminina do século XIX e a representação da mulher no periódico O Sexo Feminino (1873-1889). *Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo*. Universidade Federal de Ouro Preto, 2019. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2142/1/MONOGRAFIA_Impr%20ensaFemininaS%20c3%a9culo.pdf

SOIHET, Rachel. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUTO, Bárbara. Senhoras do seu destino: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo: projetos de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894). *Dissertação de Mestrado em História Social*. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17122013-125852/publico/2013_BarbaraFigueiredoSouto_VCorr.pdf

SULLEROT, Evelyne. *La presse féminine*. Paris: Armand Colin, 1966.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220349/mod_resource/content/1/TELES%202C%20Maria%20Am%20c3%A9lia.%20Breve%20hist%20c3%B3ria%20do%20feminismo%20no%20Brasil.%20%281%29.pdf

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: Del Priore, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

TUPY, Ismênia. Retratos femininos: gênero, educação e trabalho nos censos demográficos. 1872/1970. 2004. Tese de Doutorado em História – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

TUPY, Ismênia. Saindo de casa: a presença feminina nos recenseamentos gerais da população. Brasil, 1920-1970. *Cadernos de História*, v. 8, n. 10, 2006, p. 89-109. Disponível em: https://www.academia.edu/27110154/Cadernos_de_Hist%C3%B3ria

XAVIER, Maria. Elizabetg. et al. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: Editora FTD, 1994.